




Informativo



 Aeba Associação

 (91) 99292-7071

ASSOCIAÇÃO DOS EMPREGADOS DO BANCO DA AMAZÔNIA - AEBA

www.aeba.org.br • aeba@aeba.org.br

20 de maio de 2016

Criação de Secretaria Executiva Jurídica revela equívoco na gestão do Banco

O filósofo Maquiavel afirma em sua mais famosa obra que: “Secretário designa aquele que conhece os segredos”, talvez essa passagem expresse com exatidão o sentido da nova “reestruturação” da área jurídica do Banco. Como ocorreu com outros presidentes, este não poderia passar sem deixar sua marca na criação de uma Secretaria Executiva.

Os atropelos legais empreendidos pela gestão do Banco nos últimos dez anos, torna a área jurídica detentora de um poder quase total sobre os processos e decisões. Nossa instituição é vítima das decisões de seus próprios gestores.

Não há como negar a necessidade de reformular a área jurídica, mas essas medidas empreendidas pelo Conselho de Administração não fazem nada mais, senão, aprofundar o problema. O Banco precisa valorizar a carreira de advogado, oferecer uma remuneração que faça frente à realidade salarial dessa categoria no âmbito estatal, estender sua jornada, equiparar com a AGU e, assim, ampliar a capacidade de trabalho sem necessariamente ampliar o número de advogados contratados e, ao mesmo tempo, permitir uma redução dos contratos de terceirização.

A terceirização dessa área, na medida em que não está dentro da empresa, e por dentro dos “por menores” do trabalho, termina por oferecer um serviço de baixa qualidade, invertendo, na

prática, a relação custo-benefício positiva que a terceirização supõe.

Por não querer mudar de verdade, encarar a realidade de frente, e reestruturar com valorização profissional, o COSAND, juntamente com a Diretoria, busca com as medidas que tomaram, ampliar os mecanismos de pressão sobre os advogados: é isso que significa a criação de uma SE no jurídico.

Nada mais contraditório com as medidas da Diretoria em relação aos empregados. Nas agências, não paga Horas-extras, reduz as comissões de CAIXA EXECUTIVO, funde atribuições de supervisões como a SUADA, produzindo uma concentração brutal de trabalho sobre uma área. No geral, reduz as diárias, corta comissão dos engenheiros, deixa apenas um Supervisor Administrativo por andar. Tudo isso é feito sob a justificativa de corte de custos, mas agora sabemos o porquê: o dinheiro para pagar a criação de altos cargos deve vir de algum lugar.

E, para concluir, ainda nomeia para Secretário um empregado com que não prestou concurso para o Banco da Amazônia, subvertendo a ordem constitucional. Quem não prestou concurso, não é da empresa, e quem não é da empresa, não pode assumir função comissionada. Mas as coisas seguem assim, para os da casa há corte de função, para o de fora: Secretaria Executiva.